MPF quer investigar mortes e cometidas na ditadura

O Ministério Público Federal em São Paulo pediu a abertura de investigação criminal contra autoridades supostamente responsáveis pelos assassinatos e seqüestros cometidos durante a Ditadura Militar (1964-1985). Os pedidos foram protocolados em três estados — São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Na Procuradoria de Uruguaiana (RS) e do Rio, foram solicitados pedidos para investigar a Operação Condor, que foi criada por regimes militares do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Em Uruguaiana, o pedido é relativo ao ítalo-argentino Lorenzo Ismael Viñas, que foi seqüestrado em 26 de julho de 1980. No Rio, os procuradores pedem a apuração do seqüestro do ítalo-argentino Horácio Domingo Campiglia e da argentina Monica Susana Pinus de Binstock, ocorrido em 13 de março de 1980, no aeroporto do Galeão.

Com base no que foi publicado na imprensa, os procuradores Marlon Alberto Weichert e Eugênia Augusta Gonzaga Fávero afirmam que os envolvidos nos dois casos são o coronel Carlos Alberto Ponzi, então chefe da 2ª seção do Estado-Maior; o secretário de Segurança do RS, João Leivas Job; o ex-diretor da Divisão Central de Informações, Átila Rohrsetzer; o ex-delegado Marco Aurélio da Silva Reis; o ex-superintendente da PF do Rio, Agnello de Araújo Britto; o ex-secretário de Segurança do Rio, Edmundo Murgel e o chefe do Estado Maior do 3º Exército, general Luiz Henrique Domingues.

Os procuradores lembram que as representações não implicam em acusação penal. Os pedidos são baseados nas notícias sobre a ordem de prisão decretada pela juíza italiana Luisanna Figliola, em dezembro de 2007, na qual foi determinada a prisão de 140 pessoas, entre os quais 11 brasileiros. O caso, que é investigado na Itália desde 1999, tenta solucionar o desaparecimento de cidadãos italianos desaparecidos durante a Operação Condor.

Comandante Crioulo

Em São Paulo, a representação pede a apuração do homicídio de Luiz José Cunha, o comandante Crioulo, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Os fatos ocorreram entre os dias 6 e 7 de novembro de 1971, durante diligências do DOI-CODI, órgão do Exército.

Segundo os procuradores, os autores do crime são: Carlos Alberto Brilhante Ustra, Sargento Miguel e Capitão Ney. A acusação foi feita por Fernando Casadei Salles, ex-preso político.

A versão oficial afirma que Cunha, ao ser abordado, reagiu a tiros. Ele tentou fugir roubando o carro de duas moças. Os procuradores afirmam que testemunhas relatam que Cunha foi atingido pelas costas, sem chance de defesa.

Lei da Anistia

Os procuradores afirmam quem as representações fazem parte de um conjunto de medidas adotadas contra crimes cometidos contra a humanidade por autoridades da ditadura. Eugênia e Weichert entendem que a Lei da Anistia, de 1979, não protege os autores de crimes cometidos contra a humanidade. Eles

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

também não são passíveis de prescrição.

Date Created
24/06/2008

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.